

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

19 a 25 de Julho de 1992 Nº 47

ÁFRICA DO SUL: a questão sul-africana retorna à ONU.

Os tempos mudaram, assim como as relações na África Austral pós-guerra fria e pós-apartheid. Com o propósito de reafirmar os laços de interdependência De Klerk esteve em Maputo e, com Joaquim Chissano, falou de cooperação bilateral e negou que seu governo continue a dar apoio à Renamo. Como afirma os correspondentes do jornal Público: "a política africana hoje em dia não se faz essencialmente entre brancos e negros, mas sim entre grupos com visões diferentes". (p.12).

Com a atribuição de intermediar o atual impasse nas negociações que visam instituir um governo não-racial, o secretário-geral das Nações Unidas, o egípcio Boutros Boutros-Ghali, nomeou o ex-secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance seu representante especial para a África do Sul. Sua tarefa será observar e debater com as diversas forças políticas sul-africanas medidas que possibilitem a imediata retomada do diálogo no seio da Codessa.

A reinternalização daquele conflituoso e violento impasse político-institucional haverá de produzir decisões concretas entre as partes. Se diante da lentidão do processo do pós-apartheid mortes, prisões e conflitos se sucedem, não seria difícil imaginarmos o que aconteceria com a paralisação deste complicado processo de transição. Portanto, a incumbência entregue ao Conselho de Segurança da ONU não se resume em apenas reaproximar as partes discordantes, mas também em acompanhá-las e pressioná-las para que produzam fatos públicos e concretos, que possam, então, bloquear as ações violentas e transmitir à população sul-africana "notas promissórias" de confiança nos líderes, nos partidos e nas negociações.

Esperemos que ninguém perca o passo, pois na agenda sul-africana não estão riscados a desilusão diante de todo o processo, o descontrole dos atos de violência, o temível retorno à luta armada e, já para o

NESTA EDIÇÃO

Feira Internacional de Luanda (FILDA)
entre os dias 17 e 26 de julho

p.04

O tráfico de diamantes em Angola

p.05

Os investimentos na Guiné-Bissau

p.07

As privatizações em Moçambique
e Cabo Verde

p.09

Militantes do ANC foram
detidos pela polícia

p.10

próximo 3 de agosto, a ameaça de uma greve geral
(pp.10-12). EB

MOÇAMBIQUE: Acordo sobre ajuda humanitária

Vera Gonçalves, correspondente do Público em Roma, informou que o governo moçambicano e a Renamo assinaram uma declaração acerca da ajuda humanitária, enviada para Moçambique do exterior. Como é sabido, grande parte desta ajuda não chega às regiões mais necessitadas, devido à insegurança reinante nas poucas vias de comunicação que escaparam à destruição. Na declaração, o governo e a Renamo comprometem-se a garantir que as "pessoas e meios que sob a bandeira das Nações Unidas ou do Comitê Internacional da Cruz Vermelha" tomem parte nas operações de socorro não sofrerão ataques de nenhum tipo, podendo circular livremente. Governo e Renamo comprometeram-se ainda a "permitir e facilitar a utilização de todos os meios de transporte" (terrestres e aéreos), garantindo que "a ajuda internacional será destinada a todos os moçam-

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza, Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

bicanos afetados, livremente e sem discriminação". A
inda sobre a ajuda internacional. Afonso Dhlakama, em
encontro com Maria Barroso (esposa do presidente de
Portugal, Mário Soares, e que vem desenvolvendo,
a partir do seu cargo de presidente do Comitê
de Honra da Unicef em Portugal, uma atuação inter-
nacional em prol das vítimas da guerra em Moçambique),
pediu-lhe que auxiliasse na obtenção de uma « maior
quantidade de alimentos, para combater a fome que
ameaça os refugiados da guerra (e da seca).

A longa - mais de dois anos - e intrincada negociação
de paz parece progredir, ainda que lentamente. Acer-
tado o acordo acerca da ajuda humanitária, as ques-
tões militares voltam a ocupar a atenção dos negocia-
dores em Roma. As notícias mais animadoras, entretan-
to, vêm da África: o presidente Joaquim Chissano di-
vulgou no dia 19/07 ter aceitado encontrar-se com
Dhlakama em data a ser marcada. (p.8). PN

**ANGOLA: confrontos armados em diversos pontos do ter-
ritório. Chipenda afasta-se do MPLA.**

O confronto entre forças governamentais e da UNITA na
cidade de Malange atingiu grandes proporções, sendo
necessária a presença dos responsáveis máximos da
CCPM para tentar serenar os ânimos. Em Menongue, pro-
víncia do Cuando Cubango, várias pessoas foram feridas
em confrontos entre militantes dos dois princi-
pais rivais na cena política angolana. No Huambo e no
Cubango os incidentes também ocorreram entre militan-
tes do MPLA e da UNITA.

As novidades desses embates são a sua generalização e
sua intensidade que acorretam num grande mal - estar
entre os dois principais partidos angolanos. A situa-

ção delicada destes meses que antecedem as eleições
assume um clima de grande tensão com as notícias de
confrontos armados entre os militantes do MPLA e da
UNITA. Há ainda a suspeita de participação de mili-
tares das FAPLA e das FALA neste tipo de confronto.

A atuação dos principais participantes da CCPM con-
seguiu acalmar a situação no Malanje, e pretende alcan-
çar o mesmo sucesso no Lobito onde os portuários tra-
varam um sério conflito com os administradores do por-
to, em decorrência de um cartaz do líder da UNITA que
teria sido retirado por tais administradores.

De qualquer forma este tipo de confronto não foi as-
sumido oficialmente em nenhum dos casos quer pelo
UNITA quer pelo MPLA, o que não configura uma viola-
ção do cessar-fogo. Até mesmo o grau das acusações mú-
tuas foi bem inferior ao comumente apresentado. A par-
tir destes fatos temos tudo para concordar com a afir-
mação do jornalista Benjamin Formigo, de que "enquan-
to os dois lados estiverem convencidos de que vão ga-
nhar - nenhum vai impedir as eleições". A afirmação,
no entanto, não consegue acalmar ninguém, pois ape-
nas atrasa a perspectiva de uma nova onda de violência.

Logo após o anúncio do comitê central do MPLA de que
o atual chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, se-
rá o candidato do partido ao cargo de presidente nas
próximas eleições, Daniel Chipenda, o atual responsá-
vel pela campanha do MPLA, decidiu afastar-se do par-
tido. Ainda não foi confirmado o motivo de sua saída,
mas tudo indica que Chipenda aspira a uma projeção
maior do que a de líder do MPLA nas áreas do centro-
sul, como vinha sendo estrategicamente preparado. A-
davia, uma candidatura de Chipenda por qualquer par-
tido da terceira força iria beliscar grande parte do
eleitorado da UNITA. (p.01 a 06). MB

"O incidente mais grave desde Bicesse"

Cinco mortos em Malanje

António Matos,
em Luanda

Os confrontos de Malanje, envolvendo militantes e tropas do partido governamental e da UNITA, foram já reconhecidos como o mais grave incidente desde Bicesse. Mas outros focos de tensão, nomeadamente no Lobito, preocupam os observadores internacionais do processo de paz em Angola.

A missão de alto nível da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) prolongou a sua estada na cidade de Malanje, no Norte de Angola, para tentar acalmar a situação explosiva que ali se vive desde domingo, desencadeada pelos confrontos sangrentos entre simpatizantes do MPLA,

partido governamental, e da UNITA, de que já resultaram cinco mortos e um número indeterminado de feridos, segundo o balanço provisório feito pelas forças das Nações Unidas estacionadas na província.

Os conflitos entre simpatizantes dos dois partidos signatários dos acordos de paz — já classificados pela CCPM como os mais graves desde o protocolo de Bicesse, assinado em 31 de Maio do ano passado — iniciaram-se há uma semana, quando a UNITA começou a instalar os chamados "comitês piloto" nos bairros populares da cidade de Malanje. Segundo observadores locais, a presença massiva de militares do partido de Jonas Savimbi terá estado na origem da reacção empreendida domingo à tarde por simpatizantes do MPLA no bairro da Carreira de Tiro, o mais populoso da cidade de Malanje, onde a UNITA se preparava para realizar um comício.

Nas primeiras horas da tarde de domingo começou um tiroteio de que resultou a morte do capitão Avelino Timóteo, representante da

UNITA na Comissão de Verificação e Fiscalização da aplicação dos acordos (CMVF) em Malanje, e de pelo menos outras quatro pessoas. Na segunda-feira à tarde, o comité piloto da UNITA já tinha sido destruído, alegadamente por populares simpatizantes do partido governamental. Um destacamento da nova polícia antimotim deslocou-se para o local "a fim de proteger os dirigentes da UNITA", segundo o governador da província, João Filipe Martins.

Durante o dia de ontem, os representantes locais do Governo e da UNITA prosseguiram as reuniões, mediadas pela CCPM, para tentar sanar o conflito, embora subsistissem as acusações mútuas. Para a UNITA, a situação foi desencadeada por soldados governamentais da 5ª Brigada, que teriam abandonado o acantonamento, dirigindo-se para o local do comício. Por seu lado, o comandante provincial da polícia, Tomé Neto, sustenta que as tropas deslocadas pela UNITA desde o aquartelamento de Mussende, 60 quilómetros a Norte de Malanje, alegada-

mente para proteger os seus militantes, terão participado na troca de tiros.

CCPM não reconhece violação do cessar-fogo

Ainda na segunda-feira, às primeiras horas da tarde, uma delegação da CCPM chegou ao local, integrando os representantes máximos do Governo, generais Ciel da Conceição "Gato" e Fernando Piedade Santos "Nandó", e da UNITA, Elias Salupeto Pena. Para Malanje deslocaram-se também os embaixadores António Monteiro (Portugal), Jeffrey Millington (Estados Unidos) e Vladimir Patukov (Rússia), chefes das missões dos países observadores do processo de paz. Ao local chegaram ainda a representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, a britânica Margareth Anstee, e o comandante das tropas da UNAVEM II (missão da ONU para acompanhamento das eleições em Angola), o general nigeriano Edward Uninna.

Esta delegação prolongou a sua permanência no local na

tentativa de "acalmar os ânimos e instaurar um clima de diálogo", segundo António Monteiro. À hora do fecho desta edição, os membros da CCPM ainda não tinham regressado a Luanda e repetiam-se, através dos meios de comunicação social locais, nomeadamente da rádio, apelos à população do bairro da Carreira de Tiro e da cidade em geral para manterem a calma e a ordem pública. Segundo ainda o embaixador português, "a situação não configura uma violação do cessar-fogo, apesar de se tratar do mais grave incidente desde a assinatura dos acordos."

Margareth Anstee, que regressou ontem de manhã a Luanda, não escondia a sua preocupação pelo ambiente que se vive em Malanje. "É muito grave esta situação e isso obriga-nos a reforçar os mecanismos de fiscalização e observação da UNAVEM II e da CMVF".

Tensão no Lobito preocupa observadores

Um ambiente de grande tensão vive-se também na

cidade do Lobito, litoral sul de Angola, onde 1300 trabalhadores do porto, afectos à UNITA, foram despedidos depois de uma greve iniciada na quinta-feira passada.

Os conflitos no Lobito começaram há cerca de 15 dias quando um cartaz do líder da UNITA, Jonas Savimbi, que se encontrava no "hall" de entrada do edifício principal do porto, apareceu pintado de preto. Algumas centenas de trabalhadores iniciaram, então, uma série de protestos, no sentido da substituição do referido cartaz.

O director-geral adjunto do porto, Henrique António, afirmou ao "Jornal de Angola" que o despedimento dos trabalhadores "é um acto consumado e está de acordo com as leis", na medida em que "os trabalhadores abandonaram o serviço por questões meramente políticas".

Segundo observadores internacionais em Luanda, esta situação pode vir a complicar-se, atendendo ao apoio explícito dos dirigentes da UNITA aos trabalhadores despedidos.

Durante um comício realizado no fim-de-semana no Lobito, o partido de Jonas Savimbi prometeu um subsídio mensal de 200 mil novos kuanzas (cerca de 13 contos) a cada um dos despedidos, até Setembro. ■

Portugueses libertados em Kinshasa

DOIS ENGENHEIROS e um mecânico de empresa portuguesa Moisés e Otonília que tinham sido raptores no dia 6 deste mês, quando se encontravam a bordo da Arma Ruira estreada do Norte de Cabinda, foram ontem libertados em Kinshasa, capital do Zaire — retornou em Luanda o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Luís Carlos Rebel Menezeses, Luis Alberto Passos Guedes e José Lopes da Silva Pinto, que trabalhavam numa escola onde estavam os portugueses. Os raptores da fronteira de Libertação do Estado de Cabinda, deverão regressar ainda nesta semana a Lobito — acrescentou o Público das Negociações. ■

PUBLICO
QUARTA-FEIRA, 15 JUNHO 1992

Calma regressa a Malange mas incidentes multiplicam-se

António Matos,
em Luanda

Em Angola, os sangrentos confrontos de Malanje parecem sanados. As atenções voltam-se agora para o Lobito, onde 1300 portuários mantêm um conflito com a administração do porto, a pretexto de um "poster" de Jonas Savimbi. Mas outros incidentes em diversos pontos do território fazem temer uma "derrapagem".

A cidade de Malanje, no norte de Angola, voltou ontem à normalidade, depois dos confrontos armados que, desde domingo, opuseram militantes da UNITA e do MPLA e levaram à intervenção da polícia, obrigando à permanência no local dos responsáveis máximos da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), órgão encarregue de acompanhar e fiscalizar a aplicação dos acordos de paz.

O relatório final dos incidentes será apresentado hoje em Luanda, depois de uma reunião da CCPM, embora uma fonte desta comissão tenha antecipado, ao PÚBLICO, que deverá ser reconhecida "a ineficiência e a insuficiência dos mecanismos da UNAVEM II" (Missão das Nações Unidas para a Verificação das Eleições em Angola). Em princípio, a CCPM não tomará posição sobre a forma como foram desencadeados os confrontos, "uma vez que as duas partes têm razões diferentes", precisou a mesma fonte. A CCPM voltará a Malanje na próxima terça-feira "para acompanhar a evolução das medidas tomadas, nomeadamente o reforço dos mecanismos de fiscalização".

Os confrontos, que começaram nas primeiras horas de domingo quando se preparava um comício da UNITA no bairro da Carreira de Tiro, provocaram a morte de cinco pessoas, segundo fontes da UNAVEM II (duas, segundo a polícia provincial), e um número indeterminado de feridos.

Outros incidentes em diversos pontos do território têm sido noticiados pela imprensa local. Em Menongue, província



Um "poster" de Savimbi foi o pretexto para a crise do Lobito

do Cuando Cubango, várias pessoas foram feridas no fim-de-semana em confrontos entre militantes dos partidos rivais. Segundo o "Jornal de Angola", os confrontos foram desencadeados por uma manifestação de simpatizantes do MPLA a exigir a libertação de prisioneiros retidos na Jamba.

No Huambo houve incidentes entre a polícia e militantes da UNITA, após confrontos entre militantes do MPLA e da UNITA. Em Caluquembe, perto do Lubango, elementos da UNITA terão ocupado edifícios oficiais. Estes confrontos não são novos, sendo até de certo modo inevitáveis, mas a sua generalização seria um elemento de agravamento do já de si tenso clima político.

Estivadores do Lobito em guerra por Savimbi

António Monteiro, chefe da missão portuguesa na CCPM, não escondeu a sua "preocupação" pelo efeito que incidentes como o de Malanje poderão ter no processo eleitoral. Para o embaixador português, "a garantia do cessar-fogo é a base para as eleições livres de Setem-

bro". Por isso, a existência de outros focos de tensão, como no Lobito, não deixa de criar apreensão entre os observadores do processo de paz.

Na cidade do Lobito, província de Benguela, que tem o maior porto de Angola, 1300 estivadores e operadores de guindastes travam desde há mais de duas semanas um braço-de-ferro com a administração do porto. Não exigem melhores condições de trabalho, nem pedem melhores salários: fazem questão que um cartaz do líder da UNITA, Jonas Savimbi, seja re-posto no edifício da direcção do porto. Uma reivindicação que os levou a iniciar uma greve na passada quinta-feira e que a administração do porto considera "meramente política", pelo que decidiu despedir os grevistas.

Pelo menos, era assim que a questão foi apresentada terça-feira por Henrique António, director-adjunto do porto, em declarações ao "Jornal de Angola": "O despedimento é um acto consumado e está de acordo com as leis".

Em declarações posteriores à agência Lusa, Henrique António afirmaria, contudo, "que a direcção do porto ainda não despediu nenhum trabalhador", ape-

nas "suspendeu", o que é entendido por observadores em Luanda como um recuo. Ontem, o director do porto, Carlos Gomes, reuniu-se na capital angolana com o ministro dos Transportes e Comunicações, André Luís Brandão, "para avaliar a situação" — disse ao PÚBLICO.

Despedidos ou não, com estes trabalhadores foram substituídos nos últimos dias por militares desmobilizados das FAPLA. Segundo a direcção, o porto está a funcionar a 30 por cento, o que é negado pelo secretário provincial da UNITA, José Pedro Cachiongo, em declarações à Lusa: "Ninguém está a trabalhar e os 50 militares da FAPLA ontem (terça-feira) já não compareceram ao serviço."

Nesta cidade, normalmente sensível às manifestações dos estivadores, os primeiros sinais de tensão registaram-se nos primeiros dias de Maio.

Maioritariamente afectos à UNITA — dos 2300 trabalhadores, 1300 estão envolvidos neste processo —, os estivadores viu-se impotentes para desalfandegar cerca de 160 viaturas que se destinavam ao partido do "galo negro". Nos seus últimos comícios, Savimbi não deixou de se referir à situação,

afirmando que os carros se destinavam aos hospitais e escolas da província, solidarizando-se com os trabalhadores em luta.

No dia 26 de Junho, um "poster" do líder messiânico da UNITA, colocado no edifício da direcção do Porto, apareceu pintado de preto e trabalhadores afectos àquele partido acusaram a administração, tendo o director-geral do porto sido agredido, segundo afirmou o seu adjunto, Henrique António.

Os dirigentes locais da UNITA asseguraram, entretanto, que vão "subsidiar os trabalhadores até que a situação seja resolvida". A UNITA não pagará os salários por inteiro mas "o suficiente". Segundo dados apresentados por Pedro Cachiongo, a totalidade dos salários significaria uma verba mensal de 98 milhões de novos kuanzas (cerca de sete mil contos).

O partido de Savimbi enquadra ainda a situação no porto do Lobito "numa operação mais vasta que atingirá os trabalhadores" que lhe são afectos, "nomeadamente nos Caminhos de Ferro de Benguela, onde em breve serão despedidos três mil trabalhadores, e na empresa estatal Estalnavé" — afirmou Cachiongo. ■

Eleições em Angola a 29 de Setembro

MINHO

SABADO, 16 JUNHO 1988

O PRESIDENTE da República Popular de Angola assinou ontem o decreto-lei que convoca eleições presidenciais e legislativas para os dias 29 e 30 de Setembro, conforme já há muitas semanas anunciara que tencionava fazer. A confirmação aconteceu depois de sancionado o Conselho Nacional Eleitoral, conforme previsto na lei.

Embora se trate de um acto formal, os observadores internacionais do processo de

peiz consideram-no importante, sobretudo por vincular institucionalmente o Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Trata-se de escolher, ao mesmo tempo, 223 deputados para um mandato de quatro anos e um Presidente com o mandato de cinco anos.

Segundo ainda os observadores em Luanda, este anúncio permitirá acabar com as acusações da UNITA de que "o Governo está a criar um clima de

desestabilização com o objectivo de adiar as eleições", segundo palavras recentes de Abel Chivukuvuku, responsável pelas Negociações Estrangeiras no partido de Jonas Savimbi.

FALA opõem-se à polícia

A convocação das eleições por José Eduardo dos Santos ocorre numa altura em que o Comité Central do MPLA se

prepara para formalizar a sua candidatura às eleições presidenciais.

Entretanto, em entrevista ao número de Julho/Agosto da revista "Le Nouvel Africain", editada em Paris, o Presidente angolano manifestar-se pela primeira vez sobre as forças que a UNITA "sinda controla", afirmando-se preocupado com "a possibilidade de um golpe de força" deste partido, "antes e depois" das eleições. Considerada pelos obser-

vadores como uma declaração imprudente, a posição do Chefe do Estado tem a ver com a proliferação de focos de tensão no país, numa situação em que a UNITA tem reagido através das suas forças armadas (FALA) à intervenção da polícia.

Isto verificou-se na cidade de Malanje e, mais recentemente, em Dalatando (ex-Salazar), província de Kuanza Norte, onde, segundo a agência noticiosa Angop, soldados das FALA apareceram arma-

dos depois da detenção pela polícia de seis elementos ligados à UNITA.

Para os representantes de Portugal, dos Estados Unidos e da Rússia na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), estas situações serão dificilmente evitáveis enquanto não forem definitivamente extintos os exércitos dos dois partidos, exércitos esses previstos pelos acordos de Bicesse apenas até à realização das eleições. Mas os observadores internacionais consideram imprescindível que o fim das FALA e das FAPLA ocorra antes do início oficial da campanha eleitoral. ■

António Matos, em Luanda

FIFA investiga Luanda

A FIFA exigiu à Federação Angolana de Futebol (FAF) um relatório sobre os incidentes ocorridos em Novembro último no estádio da Cidadela, em Luanda, no decurso do jogo particular entre a sua selecção nacional e Portugal (sub-21), e que provocaram um morto. O presidente da FAF, Armando Machado, já convocou uma reunião para que seja elaborada a defesa a enviar à FIFA. Entretanto, José Augusto afirmou que o referido incidente mortal ocorreu fora do âmbito da herança de segurança que rodeia o estádio, devendo por isso ser considerado como uma ocorrência estrajosa. ■

PUBLICO TERÇA-FEIRA, 14 JUNHO 1988

Confrontos armados no Norte de Angola

TRES MILITARES da UNITA — um capitão, um sargento e um soldado — morreram e várias pessoas ficaram feridas na sequência dos confrontos que, nas últimas 48 horas, opuseram forças governamentais e da UNITA, assim como militantes de ambos os lados, na cidade de Malanje, no Norte de Angola, segundo o PUBLICO apurou junto da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). Esta, entretanto, reuniu-se de emergência ontem de manhã e fez-se deslocar, de imediato, para aquela região.

Na opinião do comandante provincial, os incidentes começaram no domingo, ao princípio da tarde, quando o partido de Jonas Savimbi foi impedido por militantes do MPLA de realizar um comício no Bairro da Carreira de Tiro para que se estava a preparar. Segundo a versão do superintendente Tomé Neto, "as tropas da UNITA desloca-

ram-se no local a mando do brigadeiro Chimuco, o que originou a troca de tiros" entre estes e simpatizantes do partido governamental.

Por seu lado, a UNITA desmente a participação de elementos das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) nos tiroteios e responsabiliza uma brigada das FAPLA (exército governamental), acantonada a 5km de Malanje, pelo sucedido. Segundo Abel Chivukuvuku, "ministro" dos Estrangeiros deste partido, "uma coluna de carros em que dirigentes e simpatizantes da UNITA se deslocavam para o local do comício foi ajeitada por tropas da 5ª Brigada das FAPLA, tendo depois começado a disparar para dispersar as populações que iam para o comício". Chivukuvuku admite que "soldados das FALA se deslocaram para o local", mas nega o seu envolvimento na troca de tiros.

Os incidentes prosseguiram, depois, junto à sede provincial da UNITA, segundo um observador internacional do processo de paz, para quem "a situação só não se agravou porque as tropas da UNITA não reagiram". Em sua opinião, estes factos não configuram uma violação ao cessar-fogo, uma vez que nenhuma das partes reconhece o envolvimento directo dos dois exércitos nos confrontos.

A delegação da CCPM que viajou até ao local, integrada pelo embaixador António Monteiro, chefe da missão portuguesa, Fernando Piedra dos Santos "Nandó" (Governo) e Salupeto Pena (UNITA), para além de outros observadores internacionais, regressou ontem à noite a Luanda, prevenindo-se para a apresentação das suas conclusões.

Abel Chivukuvuku desmentiu, entretanto, que os quatro membros do seu parti-

do presos na cidade de Sauro estivessem envolvidos num atentado contra Daniel Chipenda, director da campanha eleitoral do MPLA, que realizava um comício nesta cidade da província de Luanda Norte. Este dirigente afirmou ao PUBLICO que "os três militares da UNITA detidos são elementos da Comissão de Verificação e Fiscalização e encontravam-se no local apenas para assistir ao comício".

Admitindo que os referidos militares "não deviam ter-se deslocado armados para o local do comício", Chivukuvuku negou, no entanto, que estivessem na posse de metralhadoras AKM. E disse ainda que o quarto elemento, "detido quando procurou saber as razões da prisão dos outros três", não é sobrinho do presidente do partido. "Os sobrinhos do dr. Savimbi são o general Ben-Ben e o engenheiro Salupeto Pena", esclareceu. ■

António Matos, em Luanda

Raptados da FLEC chegam amanhã

OS TRES portugueses raptados em Cabinda no dia 20 de Junho e libertados terça-feira em Kinshasa, capital do Zaire, deverão chegar amanhã a Lisboa — apurou o PUBLICO. As negociações para libertação dos três funcionários da empresa portuguesa Mota & Companhia foram conduzidas directamente com a FLEC pelo cônsul-geral de Portugal em Luanda, José Lameiras, sob a égide da Secretaria de Estado portuguesa dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Luís Couto Real Magalhães, 34 anos, engenheiro, Luís Passos Guerra, 54, engenheiro, e José Lopes Silva Pinto, 57, mecânico, foram capturados juntamente com o angolano Abrão Caimba por elementos da FLEC-Renovada, facção da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda dirigida por José Tibúrcio, nas proximidades de Belize, Norte do antigo protectorado português. O delegado da "holding" Mota & Companhia de Angola,

Ribeiro Pinto, disse ontem ao PUBLICO que os portugueses estão de saúde e não foram molestados enquanto estiveram na posse dos raptados.

Ribeiro Pinto disse que a empresa portuguesa "não teve qualquer intervenção nas negociações", excluindo a hipótese de a libertação dos sequestrados apenas ter sido possível pelo pagamento de um resgate. Aliás, um dirigente da FLEC-Renovada dissera quinta-feira à agência Lusa que os portugueses "não foram raptados, caíram numa emboscada numa zona controlada". Ainda segundo o representante da empresa, "este incidente não afectará em nada" a actividade de Mota & Companhia em Angola, que se desenvolve sobretudo no ramo da construção civil.

A libertação dos portugueses começou a ser empreendida pelo Consulado-Geral de Portugal em Luanda "poucas horas após a sua captura", através de

"conversações com dirigentes" do movimento independentista de Cabinda — disse ao PUBLICO uma fonte diplomática. Durante os dez dias que entretanto decorreram, foi mantido o silêncio absoluto por parte dos intervenientes nas negociações, o que "foi decisivo para se chegar a bom porto", refere a mesma fonte. O cônsul-geral em Luanda evasiva-se entretanto a falar da firma como foi conseguida a libertação dos raptados.

Terça-feira, cerca do meio-dia, os três cidadãos portugueses foram finalmente entregues no escritório de representação de Portugal na capital zaireense, de onde partirão esta noite com destino a Lisboa. ■

António Matos, em Luanda

PUBLICO TERÇA-FEIRA, 17 JUNHO 1988

Eduardo dos Santos teme "golpe de força" da UNITA

O PRESIDENTE da República Popular de Angola manifestou-se preocupado com a possibilidade de "um golpe de força" da UNITA "antes e depois das eleições".

Numa entrevista à revista "Le Nouvel Afrique-Asie", citada na edição de ontem do "Jornal de Angola", José Eduardo dos Santos afirma que o partido de Jonas Savimbi "pretende criar uma situação de caos e fazer com que se relance em Angola um novo conflito armado". Entretanto, o Comité Central do MPLA, partido no poder, encontra-se reunido em Luanda, devendo formalizar a candidatura do actual Presidente da República às eleições de Setembro.

Nas suas declarações ao número de Julho-Agosto da revista, publicada em Paris, José Eduardo dos Santos acusa Jonas Savimbi de fazer "apelos à desobediência" e a UNITA de "provocar actos intimidatórios", contrariando "deliberadamente" o espírito dos Acordos de Paz, assinados por ambos no Estoril, em 31 de Maio de 1991. Num tom considerado pelos observadores em Luanda como mais agressivo do que lhe é habitual, o Presidente da República afirma ainda que "a UNITA possui milhares de militares que não se encontram nas zonas de acantonamento" e que mantém ainda "algumas áreas do país sob o seu controlo, e as pessoas que lá vivem não podem deslocar-se para as cidades para visitarem os seus familiares,

nem os partidos políticos podem lá exercer as suas actividades".

Em Luanda, está entretanto reunido desde ontem o Comité Central do MPLA, cuja agenda de trabalhos não foi divulgada, embora seja dado como certo que será dominada pela preparação da campanha eleitoral e pela formulação das candidaturas às eleições presidenciais e legislativas. A data limite de apresentação destas candidaturas é o dia 30 de Julho, ou seja, 60 dias antes das eleições previstas para 29 e 30 de Setembro.

José Eduardo dos Santos deverá, naturalmente, ser designado candidato a Presidente da República, substituindo várias incógnitas sobre quem encabeçará as listas de candidatos a deputados em cada um dos 18 círculos eleitorais correspondentes às 18 províncias do país e no círculo nacional. Recordê-se que o futuro Parlamento será constituído por 223 deputados, cinco a eleger por cada um dos círculos provinciais, três pelos angolanos a residir fora do país e 130 pelo círculo nacional.

Não houve atentado contra Chipenda

Entretanto, a Comissão Mista de Verificação e Fiscalização da aplicação dos Acordos de Paz em Angola (CMVF) concluiu que "não houve tentativa de assassinato" de Daniel Chipenda, direc-

tor de campanha eleitoral do MPLA, partido no poder.

Uma missão da CMVF deslocou-se, na segunda-feira, à cidade do Saurimo (ex-Henrique de Carvalho), capital da província da Lunda Norte, Noroeste de Angola, e concluiu "não ter havido qualquer tentativa de atentado contra a vida de Daniel Chipenda", disse ao PÚBLICO um dos observadores internacionais que integrou a referida missão.

Daniel Chipenda discursou, na segunda-feira, à imprensa angolana que tinha sido alvo de "uma tentativa de assassinato por elementos da UNITA que se encontravam armados, num edifício a 200 metros do local onde discursava", durante um comício realizado no Saurimo, no passado domingo.

Novo incidente em Malanje

Quando a calma parecia ter regressado à cidade de Malanje, verificou-se um novo assassinato, na noite de quarta-feira, noticiou a agência Angop. Um civil foi baleado no bairro Carreira de Tiro, teatro dos sangrentos confrontos de domingo passado. Segundo o comandante provincial da polícia, Tomé Neto, citado pela Angop, o crime ocorreu em frente do Comité Piloto da UNITA, "em circunstâncias ainda desconhecidas". ■

Ánio Matos,
em Luanda

MPLA aprova personalidades

EXPRESSO, Sábado, 18 Julho 1992

O COMITÉ Central do MPLA discutiu ontem a aceitação da candidatura de Eduardo dos Santos às eleições presidenciais, depois de intensos debates que apontavam para uma eventual disputa com Daniel Chipenda.

A reunião, objecto de preparação especial, marcou um ponto de viragem decisivo na definição da estratégia eleitoral do MPLA, numa altura em que aumentam por todo o país as manifestações de apoio à candidatura do actual Presidente de Angola. Mas Daniel Chipenda, director da campanha eleitoral do partido do Governo, iniciou há pouco tempo uma

ofensiva pelo interior do país e tem-se apresentado como um dos adversários mais perigosos para o líder da UNITA.

A sua condição de "opção" na campanha do MPLA e a sua posição crítica em relação à anterior postura ortodoxa do partido governamental parecia, segundo alguns analistas, serem capazes de sustentar uma possível candidatura, o que levou diversos círculos do poder a recear que poderia haver uma dispersão dos votos dos militantes do MPLA.

A reunião do Comité Central do MPLA deveria ainda ontem aprovar o futuro pro-

grama de um governo saído das eleições, sendo dada como certa a integração de algumas figuras da oposição e de personalidades independentes. A indicação dos cabeças-de-lista do MPLA às eleições legislativas acabou por originar alguma discussão em torno do perfil de certos candidatos, cuja imagem "desgustada" torna provável o seu afastamento.

Segundo analistas, o problema é que a indicação das mesmas pessoas que desvirtuaram a imagem do partido ao longo destes anos só traduz a força que a ala ortodoxa ainda tem no seio do MPLA. Alguns militantes re-

novadores mostravam-se, entretanto, convencidos de que a lista que integra personalidades prestigiadas da sociedade civil e quadros com reconhecida competência técnica e idoneidade política deveria prevalecer sobre as tentativas de perpetuar a mediocridade em virtudes das eleições.

A direcção do MPLA deveria ainda ontem aprovar uma resolução sobre o mandato e os destinos a dar aos restos mortais do antigo Presidente Agostinho Neto, havendo um consenso no seio da família e dos militantes de que o corpo deve de ser enterrado.

EXPRESSO, SÁBADO 18 DE JULHO DE 1992

FILDA terá 112 empresas

A FEIRA Internacional de Luanda (FILDA), que se vai organizar na capital angolana entre 17 e 26 de Julho, vai contar este ano com 112 empresas portuguesas. Empresas de exportação, agrícolas, serviços, informática, construção civil e comércio são os sectores representados. De entre os participantes portugueses, há a destacar a presença da

Câmara de Comércio e Indústria de Portugal, a Marconi, a Petrogal, o BESCI e o Banco de Fomento e Exterior. A FILDA tem vindo a realizar-se anualmente, desde 1984, em Novembro. A alteração deste ano deveu-se à necessidade dos empresários angolanos beneficiarem dos «plafonds» disponibilizados pelo Banco Nacional de Angola.

O tráfico não é eterno

Benjamim Formigo e Gustavo Costa em LUANDA

DIZEM que são 40 mil. Espalham-se pelas províncias das Lundas (Norte e Sul) e na faixa Norte da província de Malanje, vivem do garimpo ilegal do diamante. São angolanos, zairenses, namibianos ou portugueses. Têm armas e alguns dispõem de sistemas de defesa próprios. Não muito longe deles, militares das FALA (UNITA) ou das FAPLA (Governo) praticam também o garimpo.

A Comissão Mista de Verificação e Fiscalização do cessar-fogo e dos acordos de paz (CMVF) quase desistiu de inspecionar toda a zona de Malanje para o Leste. Não é possível verificar o acantonamento das tropas. Os garimpeiros da UNITA, ou que trocaram o movimento pela «iniciativa privada», apresentam as suas forças como «policia mineira» — portanto não abrangida pelos Acordos do Estoril — e do outro lado acontece o mesmo. Mas são muitas as fontes que sustentam que parte deste garimpo é «uma forma de auto-financiamento partidário». Quantas minas estão a ser garimpadas em favor das forças políticas é um enigma tão grande quanto a determinação do número entregue à «iniciativa privada».

Três milhões diários

Por dia, segundo a Angola Diamond Corporation, Angola estará a perder cerca de três milhões de dólares e não é de excluir que o valor do diamante no mercado internacional possa descer. Para já a De Beers compra tudo quanto pode. Tal como a Endiama, e os particulares autorizados a servir de intermediários.

Mas é através do Zaire que sai a maior parte das pedras exploradas por conta própria em Angola.

A alteração de preços no mercado internacional é uma preocupação que irrita a De Beers e que levou a Angola, há duas semanas, Petter Gallegos, presidente da filial africana da Diamond Corporation.

«Angola irá perder este ano com o contrabando de diamantes cerca de 500 milhões de dólares», disse Gallegos que denunciou a saída da baía de Luanda de um iate, pertencente a um conhecido comerciante sul-africano — que não identificou —, levando a bordo diamantes no valor de alguns milhões de dólares.

O garimpo «privado» vendeu à De Beers, só na última semana de Junho, diamantes no valor de cerca de 15 milhões de dólares, e admite-se que Angola não consiga obter com a exploração da pedra 250 milhões de dólares este ano.

As fogueiras do garimpo

Para quem sobrevive a áreas de Malanje até Saurimo são visíveis ao longo dos rios, particularmente do Lukapa, o fumo das fogueiras dos garimpeiros. A situação não é recente e todos sabem o que significam aquelas fogueiras. Já há cerca de um ano tivemos oportunidade de ver essas colunas de fumo ao longo do rio. A guerra ainda não tinha acabado e já a actividade existia e era conhecida, na verdade nem sequer podia passar despercebida do ar.

É um verdadeiro El Dorado onde a lei não é a do Governo, que em vésperas de eleições tem reservas em implementar uma fiscalização séria que acaba com o contrabando — já que a nova legislação permite o garimpo desde que o seu produto seja vendido no circuito oficial. A legislação herdada dos tempos coloniais não permitia a posse de pedras por particulares.

A exploração diamantífera em Angola, durante a guerra, não era uma das actividades mais rentáveis. Com as estradas intransitáveis pelos riscos de minas e emboscadas, todas as deslocações tinham de ser feitas por avião, desde a recolha das pedras ao abastecimento das empresas passando por simples deslocações de inspeção ou de manutenção. O que se ganhava nos diamantes gastava-se nos transportes.

Além disso os ataques periódicos da UNITA às lavarias causavam prejuízos acentuados.

Desde sempre que as minas de diamantes têm sido a principal fonte de rendimentos das Lundas e as empresas mineiras as principais empregadoras destas províncias. Dispondo, desde antes da independência, de segurança privada as companhias mineiras estão agora particularmente irritadas com uma exploração que foge ao seu controlo e ao do Governo.

As críticas ao Executivo são muitas e multiplicam-se os rumores de envolvimento de

altas patentes militares, dos dois lados, neste garimpo privado. As alegações de que é eventualmente uma fonte de financiamento partidário explicam a grande tolerância e discreção com que Governo e UNITA abordam esta questão. A única preocupação parece ser a de não deixar que a actividade «privada» interfira nas zonas concessionadas.

Fontes bem informadas, ligadas à indústria e às estruturas internacionais, disseram ao EXPRESSO que na área de Malanje, como na região da Endiama, entre Catoca e Luo existem minas «sob controlo exclusivo da UNITA, que transformou as suas tropas em policia mineira», isenta da verificação prevista nos Acordos do Estoril. Com a UNITA, segundo um executivo de uma empresa mineira, colaboram zairenses que «se deslocam livremente através da enorme e incontrolável fronteira»; outras fontes sustentam porém que «pelo menos parte dessas zairenses atravessa no posto fronteiriço de Larema», sugerindo, deste modo, complexidades de funcionamento.

Saida pelo Zaire

Apesar de a nova legislação permitir a venda das pedras no mercado oficial, esti-

ma-se que 70 por cento dos diamantes garimpados saem ilegalmente de Angola através do Zaire e uma percentagem mais pequena é escoada via Zâmbia e Namíbia, e maioria com destino a Lisboa e Antuária.

Um funcionário de uma diamantífera disse ao EXPRESSO que nas Lundas, depois de um período de tentativas grandes, quase não há pedras brutas, dependendo sobretudo das informações, proporcionadas, de que compradores legais sul-africanos se deslocam às Lundas com tentativas óbvias de subtraírem que trocam pelas pedras.

Esses compradores, segundo as mesmas informações, teriam montado um acampamento electrificado que tem sido alvo de investidas nocturnas por parte de outros garimpeiros.

Policia prende estrangeiros

A situação parece todavia ter-se degradado de tal

modo que, fruto dos prejuízos do país com a venda nos circuitos ilegais e das pressões internacionais, a policia iniciou esta semana uma operação de grande envergadura na zona diamantífera das Lundas da qual resultou já a detenção de cidadãos zairenses, sul-africanos e norte-americanos.

Um grupo de «camanguistas» baseados nas Lundas, aparentemente interessados em expandir a sua actividade dentro de um quadro legal, teria chegado a propor uma «joint venture» à Endiama para a exploração conjunta de diamantes numa vasta região do Leste do país — onde o dólar é a moeda corrente. Esta associação permitiria escoar a produção dentro dos circuitos legais e ao mesmo tempo afastar os garimpeiros que tentam em vender as pedras aos estrangeiros que por lá aparecem (legal ou ilegalmente), em detrimento dos «camanguistas» angolanos.

A nova legislação que liberaliza a posse de diamantes, regulamenta o comércio da pedra desde que vendida no circuito oficial a empresas mistas angolanas e estrangeiras.

«Nós damos no duro»

«Nós é que andamos aqui a dar no duro, no terreno e agora surgem estes tipos (estrangeiros) como intermediários, inquiria-se um conhecido homem de negócios de diamantes da província de Malanje.

Entretanto, grupos de jovens armados, comandados por sargentos da camanguista, têm-se envolvido em espectaculares assaltos ou ajustes de contas que têm lançado o pânico entre famílias de negócios, os dois principais grupos de estrangeiros com estabelecimentos de comercialização de diamantes legitimamente abertos em Luanda.

EXPRESSO

SÁBADO

38 DE JULHO DE 1992

Chipenda afasta-se novamente do MPLA

Incertezas

ENQUANTO os dois lados estiverem convencidos de que vão ganhar, nenhum vai impedir as eleições. Esta afirmação é, em Luanda, o ponto de partida da maioria das análises feitas pelos observadores internacionais e o receio de muitos luandenses.

O acto eleitoral, previsto para o final de Setembro deste ano, transformou-se, assim, no «último combate» — entre MPLA e UNITA —, que encerrará a guerra civil de 16 anos no país. Poucos são os que o encaram como o primeiro exercício da democracia nascente.

A 16 de Maio de 1991, com o terminar das hostilidades, os militares cessaram os comunicados militares, para não criar instabilidade». Três semanas depois, os dois grandes partidos angolanos — MPLA e UNITA — iniciaram a guerra verbal.

No Etoró, determinou-se que a transição fosse breve e o novo poder definido nas eleições de Setembro deste ano. Todavia, os diplomatas presentes tinham consciência de que 18 meses era um período curto — talvez perigosamente curto — para a transição em Angola.

A longo destes 18 meses, as chamadas forças políticas emergentes não conseguiram afirmar-se e conquistar terreno, de uma forma significativa, entre o eleitorado. A escassez três meses das primeiras eleições por sufrágio universal em Angola, MPLA e UNITA sentem que não tiveram o «último combate». Não existe uma terceira força que ameace a sua supremacia.

A partir de Agosto, Governo e UNITA deixaram de dispor das forças militares com que fizeram a guerra. As novas Forças Armadas de Angola, insipientes e com poucos efectivos — nomeados pelos dois lados — passaram a Defta do país. A ordem pública estará a cargo da polícia. As armas partidárias passarão à História.

NADA é menos certo. A denúncia de um «exército secreto» da UNITA aos «milhares de homens» pouco logo pelo proverbial exagero angolano. Passaram-se dias e dias sem que fosse pedida à Comissão Mista de Verificação e Fiscalização que inspecionasse o terreno. Se alguma coisa houvesse de irregular, quando a inspecção foi feita já era tarde. Daí um relatório da CMVF que se limita a afirmar que nada foi encontrado que pudesse confirmar as alegações.

SAVIMBI acusou todos de mentir, do Governo à ONU («vide» entrevista ao EXPRESSO). O «mujimbo» (boto) apenas «confirmou» que os dois lados têm os seus exércitos secretos. Para os diplomatas, se essas forças existirem estarão no terreno até que os lados se convençam da realização das eleições.

Os diplomatas, ao contrário da «voz popular», sustentam que não será possível manter essas forças depois das eleições. Entre os luandenses, existe quase a certeza de que quem perder irá usar essas forças para contestar o resultado. Nenhum dos lados está preparado para perder.

ANGOLA não vive isolada do Mundo e, por muito ocupada que a comunidade internacional ande, a contestação armada ao sufrágio tomar-se-á um tiro pela culatra.

O Governo que sair das eleições terá toda a legitimidade para uma acção militar violenta e os contestatários armados ficarão internacionalmente isolados.

DOIS incidentes neste fim-de-semana — um alegado atentado a Daniel Chipenda, em Sauro, e confrontos armados em Malanje, aparentemente um de responsabilidade de homens de UNITA e o outro de homens das FAPLA — só não constituíram uma violação ao cessar-fogo porque a habilidade jurídica da diplomacia decidiu que se tratava das partes os assumia em por serem actos isolados.

Contudo, eles demonstram a fragilidade do processo e os riscos que o confronto verbal tem vindo a potenciar.

NESSE mesmo fim-de-semana, Jonas Savimbi suicida. Não se afirmar que pretos, brancos e mulatos, todos são angolanos, mas ao acrescentar que os brancos e os mulatos não podem só mandar e que também têm de fazer sacrifícios. O discurso não fala em retirar privilégios aos quadros, classe maioritariamente formada por brancos e mulatos. Não deixa todavia de ser essa a leitura feita por quadros brancos e mulatos mas também pelos quadros negros, que também se sentem — quer o dr. Savimbi queira quer não — ameaçados.

A todo isto acrescenta-se o volume de contradições e afirmações divergentes proferidas por responsáveis da UNITA; a sua incapacidade de no OCPM provarem acusações que fazem. Sublinha-se a forma de crise que o Governo escolheu para se relacionar com o seu antigo inimigo.

NÃO existe confiança, e nos seus comícios a UNITA empunha um aparato de segurança chocante. Os líderes políticos são protegidos por guardas-costas armados com as RPG — armas que não podem ser usadas selectivamente e que constam quem não ficar seriamente um tanque.

E a pergunta põe-se inevitavelmente: se o que sucede em Sauro — o atentado contra Daniel Chipenda — num comício do MPLA com segurança feita pela polícia é o mesmo ocorrido num comício da UNITA, com a segurança de que se falou, quantos mortos teria havido?

Qualquer crítica ao savimbismo do dr. Jonas Savimbi é lida por este como um apoio ao MPLA, mesmo que quem a faça — particularmente os jornalistas — critique também um MPLA que se tem sabido ao guardar.

Tradicionalistas apolíticos ocidentais da UNITA explicam este comportamento como uma herança dos tempos de guerrilha: «Quem não é a nosso favor é contra nós».

Os dois elefantes estiveram demasiado ocupados em manter a sua linguagem de força, não encontraram tempo para criar mecanismos de confiança.

Como diz um ditado africano, quando os elefantes andam à parca, quem se lixa é o capim.

DANIEL CHIPENDA, uma das figuras mais controversas da política angolana, suspendeu a sua participação no Comité Central (e, consequentemente, no Bureau Político) do MPLA e desvinculou-se do cargo de director-geral de campanhas eleitoral deste partido, para o qual foi entretanto designado o ministro da Inspeção Estatal, Kundi Paibama.

O novo afastamento de Chipenda, em relação ao movimento político no qual já entrou e actuou por mais de uma vez, verificou-se pouco depois de o Comité Central, reunido em Luanda, ter anunciado que o actual Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, será o candidato único do MPLA à Presidência da República.

Sabe-se que Daniel Chipenda, de 61 anos, é um político com ambições e que poderá muito bem lançar uma candidatura própria às eleições de 29 e 30 de Setembro, fazendo assim frente nas urnas tanto a José Eduardo como a Jonas Savimbi, líder da UNITA, e a Holden Roberto, chefe da FNLA.

O Partido Democrático Angolano (PDA) também anunciou ontem a candidatura do seu líder, António Alberto Neto, à Presidência da República, mas os verdadeiros nomes que contam na corrida são os do actual Chefe de Estado, de Savimbi e, eventualmente, de Chipenda, se até ao dia 29 deste mês — prazo limite — conseguir as cinco mil assinaturas necessárias para validar qualquer aspiração.

Aparentemente, o MPLA não está muito preocupado por o seu antigo guerrilheiro se ter afastado mais uma vez, algumas duas meses depois do seu regresso oficial às fileiras do partido: pensa, até, que os votos que irá roubar, se acaso se apresentar como independente, serão sobretudo da área da UNITA, uma vez que é natural do centro do país e que tem por língua materna o umbundu, tal como Jonas Savimbi.

Há oito dias, Daniel Chipenda alegou ter sido alvo de uma tentativa de assassinio por parte de elementos da UNITA, mas a Comissão Conjunta Política Militar criada pelos acordos de paz não encontrou qualquer fundamento para a acusação.

1989
 PUBLICO 14 JUNHO 1989

Dançando em Cabo Verde

NA PRÓXIMA sexta-feira, a companhia de Joana Providência apresentará o seu espectáculo de dança no Cine Teatro Eden, na cidade do Mindelo, em Cabo Verde. Serão exibidas as coreografias "Mecanismos", estreada no Teatro Carlos Alberto, no Porto, em Novembro de 1988, e "In Vitro", obra estreada na Fundação de Serralves, Porto, já em Julho do corrente ano. A interpretação de "Mecanismos" está a cargo das bailarinas Joana Providência, Cristina Santos, Carlota Lagido e Paula Castro. E "In Vitro" tem a interpretação de Cristina Santos, Carlota Lagido e Paula Castro. Na cidade do Mindelo decorre ainda, até ao dia 21 deste mês, no Centro Cultural de Jugal, vários "workshops" sobre técnicas de dança, composição coreográfica, produção, promoção e iluminação de espectáculos com recursos simples.

PUBLICO 14 JUNHO 1989

"Expresso Bissau"

OS GUINEENSES começam a partir deste mês com um semanário independente de informação geral, chamado "Expresso Bissau" e dirigido por João de Barros, que em 1988 se tem dedicado à actividade editorial. A nova publicação tem 28 páginas, está disponível integralmente e cobre a imprensa pública, e distribui-se pelas redes nacional, internacional, económica, cultura e desporto.

Moçambique recusa jornalista da Lusa

PUBLICO 14 JUNHO 1989

O GOVERNO moçambicano recusou ontem autorizar a entrada no país do delegado da agência Lusa em Joanesburgo, António Mateus, que a partir de hoje deveria integrar a delegação do Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, de visita a Moçambique. Foi o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Vaughan Dewing, quem comunicou à delegação da Lusa a exclusão de António Mateus da lista de 45 jornalistas apresentada por Pretória para cobertura da visita. António Mateus, 32 anos, esteve já como delegado da Lusa no Maputo, até Março de 1989, quando foi expulso por se recusar a identificar a fonte de uma notícia, confirmada por outras vias e não desmentida. A recusa de ontem surge mais estranha ainda por António Mateus já ter estado no Maputo duas vezes, depois da sua expulsão.

Guiné na expectativa

«NO DOMÍNIO macroeconómico, a Guiné-Bissau é o PALOP em maiores dificuldades». Um comentário paradoxal de um experto em assuntos africanos questionado pelo EXPRESSO, dado que este é o país em que os investidores portugueses mais têm apostado, tendo em atenção o «ratio» pretensões/concretização de investimentos.

Rodrigo Leite, da TERTIR, também reconhece que os Guiné está a atravessar um período difícil, mas é um país com muitas potencialidades em sectores, como o da agricultura, que não estavam a ser acarinhados.



Também a Guiné-Bissau procura desenvolver a sua economia na base da iniciativa privada

Os problemas são, sobretudo, visíveis na balança comercial que, durante o período compreendido entre 1985 e 1989, apresentou défices crescentes, a uma média anual de 31,13 por cento.

Ainda assim, segundo o estudo de oportunidades de investimento em território guineense da responsabilidade da COPRAI — em colaboração com a CESO CI —, a agricultura mantém-se como o mais importante sector da economia, sendo o arroz a principal produção agrícola do país.

Os últimos números disponíveis indicam que a cultura do arroz ocupa mais de 270 mil

hectares de terra arável, representando uma produção anual estimada entre 120 e 140 mil toneladas. Por seu turno, ao nível das exportações, o amendoim, o algodão, e principalmente o cajú, são as maiores fontes de receita do país.

Para os investidores portugueses interessados em estender a sua actividade à Guiné-Bissau, a indústria — sector energético incluído — é um dos sectores mais preocupantes. Segundo o estudo preliminar da COPRAI, a energia «tem-se constituído como um dos maiores constrangimentos do desenvolvimento industrial», visto que o potencial hidroeléctrico do país permanece inexplorado, nomeadamente o existente na ribeira do Corubal.

Tal como os outros países africanos lusófonos, também a Guiné-Bissau procura agora desenvolver a sua economia na base da iniciativa privada. A criação do Gabinete de Apoio ao Investimento e da Unidade de Gestão da Reforma das Empresas, responsável pela privatização do sector público, foram algumas das medidas tomadas pelo Governo do Presidente «Nino» Vieira. Prometida para breve está a criação de um banco de de-

seenvolvimento, assim como uma nova regulamentação do incentivo ao investimento.

Quem não esperou por boas novas foi Rodrigo Leite, que já garantiu a concessão por 15 anos da área portuária e do transporte de passageiros. Mas o empresário nortenho não deixa de avisar: «Cinco anos é o prazo mínimo para as empresas começarem a ser resarcidas do investimento realizado». Tal como nos outros antigas colónias, a alteração do espectro político guineense poderá ser o ponto de partida para novos investimentos.

C.F.

TROCAS COMERCIAIS ENTRE PORTUGAL, CABO VERDE, GUINÉ E MOÇAMBIQUE

PAÍSES	1988		1989	
	Imp. (CIF)	Exp. (FOB)	Imp. (CIF)	Exp. (FOB)
Cabo Verde	319.648	5.677.164	337.161	7.002.858
Guiné-Bissau	906.719	4.100.017	417.005	5.724.626
Moçambique	1.802.852	5.862.367	2.190.025	6.089.607
TOTAL	2.489.219	15.639.548	2.944.281	18.827.091

* Valores em centos

Encontro com Maria Barroso em Genebra

Dlakhama pede ajuda alimentar

O LÍDER da Renamo pediu, anteontem, a Maria de Jesus Barroso o envio de mais alimentos para acorrer à situação dos refugiados da guerra em Moçambique.

A mulher do Presidente da República deslocou-se propositadamente a Genebra a pedido de Afonso Dlakhama, o qual, conforme declarou ao PÚBLICO, lhe traçou um quadro "trágico" da situação vivida pela população daquele país, especialmente pelas crianças dos campos de refugiados.

Maria de Jesus Barroso, na sequência das acções humanitárias que tem desenvolvido em favor dos deslocados pela guerra em Moçambique, e ressaltando sempre que o que a move "são razões humanitárias e não políticas", tem mantido contactos com empresários e diversos agentes económicos para assegurar uma nova remessa de alimentos e roupas que possam minorar a gravidade da situação das populações daquele país.

Assim, e conforme adiantou ao PÚBLICO, a mulher do Presidente da República envia agora esforços para, dentro do mais curto prazo possível, enviar para Moçambique uma nova ajuda, contando já com diversos apoios, desde associações e industriais portuguesas até à comunidade hindu radicada em Portugal.

O contacto com o líder da Renamo, no qual Maria de Jesus Barroso esteve acompanhada pelo assessor de Belém, Vítor Ramalho, e a que esteve presente o presidente do Bureau de Refugiados da África do Sul, resultou de encontros havidos anteriormente com Afonso Dlakhama,

como quando da sua visita a Portugal.

Maria de Jesus Barroso tem desenvolvido uma acção a favor dos refugiados moçambicanos, que a levou já à zona de Ressano Garcia, onde conseguiu a abertura de um corredor de paz que tem possibilitado, por acordo com o líder da Renamo, e que este tem respeitado, a possibilidade de ali chegar a ajuda humanitária procedente da África do Sul.

Em vários fóruns, nomeadamente na Unicef, de cujo comité de honra da organização em Portugal é presidente, Maria de Jesus Barroso tem alertado para a gravidade da situação em Moçambique, principalmente para o sofrimento que se abateu sobre as crianças daquele país. "Penso que através da ajuda humanitária se podem encontrar os caminhos para a paz", afirmou, ontem, ao PÚBLICO. — J.P.

Negociações moçambicanas de Roma

Assinada declaração sobre ajuda humanitária

O GOVERNO moçambicano e a Renamo chegaram a um acordo sobre as operações de ajuda humanitária destinadas a tentar salvar as populações ameaçadas pela fome, na sequência da guerra e da pior seca dos últimos 50 anos.

Numa declaração comum, em oito pontos, assinada ontem de manhã em Roma, por Armando Gusbuza, chefe da delegação de Maputo, e por Raul Domingos, da Renamo, as duas partes comprometem-se a garantir a livre circulação e a segurança "de pessoas e meios que, sob a bandeira das Nações Unidas ou do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV)" participem nas operações quer nas zonas controladas pela Renamo como nas governamentais. As partes obrigam-se a "permitir e facilitar a utilização de todos os meios de transporte", incluindo a distribuição de ajuda por via aérea a partir de países vizinhos. A declaração realça o princípio de que a ajuda internacional "será destinada a todos os moçambicanos afectados, livremente e sem discriminações".

Uma situação insustentável

As operações de auxílio de emergência serão coordenadas e fiscalizadas por um comité da ONU, integrando representantes da mediação italiana, observadores internacionais (entre os quais Portugal) e do CICV. A Renamo também deverá indicar um

delegado que gozará de estatuto diplomático.

Este acordo marca um progresso importante na medida em que pelo menos abre a esperança de pôr termo a uma situação intolerável, em que o auxílio humanitário está disponível não pode chegar às pessoas.

"Não podemos atingir os lugares onde vive a maioria da população necessitada do país por causa da falta de segurança nas estradas", declarou ao PÚBLICO José Maria Lopes, da Caritas Internacional.

Na passada sexta-feira, representantes de diversas organizações humanitárias (CICV, UNICEF e Caritas), da Comunidade Europeia, do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados e do Programa Alimentar Mundial participaram numa primeira reunião com os chefes das duas delegações moçambicanas.

Neste primeiro encontro — que decorreu paralelamente à 11ª ronda de negociações de paz — as entidades internacionais apresentaram uma proposta simples, óbvia e irónica para viabilizar o transporte de medicamentos e alimentos: uma trégua entre as partes beligerantes.

Apesar de irrealista — as negociações decorrem há já dois anos sem resultados substanciais — a proposta tinha o mérito de confrontar as duas partes com uma realidade irrecusável: a necessidade de salvar milhares e milhares de vidas. Hoje, em Moçambique, há três milhões de pessoas a passar fome.

Segundo então declarou o

chefe da delegação da Renamo, Raul Domingos, as instituições internacionais têm muito boas intenções mas "seria contraproducente aceitar uma trégua porque não há mecanismos suficientes para garanti-la". Os rebeldes argumentam nomeadamente, que as forças governamentais poderiam ser tentadas a aproveitar a suspensão das hostilidades para ganharem posições no terreno.

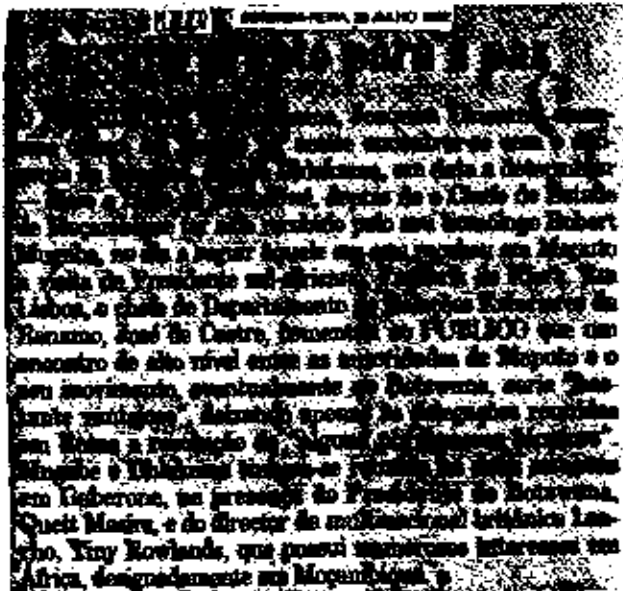
Na sequência disto, a Renamo apresentou segunda-feira uma sugestão de criação de pontes aéreas de emergência para as regiões mais necessitadas, e admitindo a abertura de "corredores humanitários" para os transportes rodoviários a partir dos países vizinhos.

De acordo com as organizações internacionais, uma utilização mais intensa dos meios aéreos permitiria responder a algumas situações mais urgentes, mas o seu alto custo é proibitivo e não pode cobrir todo o território, de modo que a garantia de transportes terrestres é indispensável.

Ao fim de uma semana de conversações, e sob uma forte pressão internacional, chegou-se assim a uma solução que afasta as propostas de tréguas e de "corredores de paz".

A negociação das questões militares, centradas na criação de condições para o cessar-fogo e que esta semana prosseguiram a nível dos representantes militares das duas partes, voltarão a ocupar a agenda dos trabalhos. —

Vera Gonçalves, em Roma, com Lusa



Entre a ESPERANÇA e o ABISMO

GOVERNO, MÓDULO 10 DE JULHO DE 1990

AS PRIVATIZAÇÕES são a moda mais recente nos PALOP. Até mesmo Moçambique, o país mais pobre do mundo, com um rendimento «per capita» de 80 dólares — cerca de 10.160 mil escudos —, prepara a alienação de mais empresas estatais, como forma de realizar um capital sempre precioso para a «salvação» de uma economia em perigo de cair num abismo sem retorno.

Agora chegou a vez da Fábrica de Refrigerantes da Machava, uma das primeiras unidades industriais a ser privatizada pelo Governo moçambicano e cuja avaliação está a cargo da Coopers & Lybrand Portugal. Entretanto, a TERTIR-Terminais de Portugal já assinou um protocolo que lhe dá a primazia de actuação nos portos de Maputo, Beira, Nakala e Pemba e está ainda a negociar com as autoridades de Maputo uma eventual participação na Navic, a empresa de cabotagem moçambicana. Segundo Rodrigo Leite, esta entrada no capital da NAVIC envolverá um investimento na ordem dos 4 milhões de contos e se a burocracia puder ser ultrapassada, tudo estará resolvido em Setembro.

O Grupo Entrepósito também está a realizar, na área agro-industrial, novos investimentos no montante de 200 mil contos, enquanto a RAR-Refinarias de Açúcar Reunidas, prepara a sua entrada em Moçambique através da agro-pecuária e da distribuição. Os contactos já estão em fase adiantada mas o administrador da RAR, Folhadela Moreira, ascende o jogo e diz que os dados concretos do projecto só serão revelados em Setembro.

Esta aptidão dos portugueses por Moçambique é tanto mais relevante quando comparada com a evolução do investimento estrangeiro entre 1990 e 1991. Durante este período — segundo um estudo elaborado pelo Centro de Competência Técnica (COPRAI) da Associação Industrial Portuguesa em colaboração com a PARTEX-CPS — a entrada de capitais estrangeiros diminuiu cerca de 50 por cento.

No ano transacto, foram colocados em Moçambique 9,4 milhões de contos, contra os 16,8 milhões de contos totalizados em 1990. Curiosamente, Portugal ocupa um modesto terceiro lugar no «ranking» do investimento directo estrangeiro em Moçambique com uma

quota de 13 por cento, atrás da Grã-Bretanha e da África do Sul com 35 e 14 por cento, respectivamente.

Para Carvalho Pereira, sub-director da COPRAI e responsável pelo sector da cooperação embora decorra o processo de paz a posição dos empresários é alada de expectativas, factor que se reflecte na retracção do investimento. Visão diferente é a de Rodrigo Leite: «Nós, os empresários que apostámos nos PALOP, não temos nenhuma cooperação do Governo português. Se os 'babbs' fossem desenvolvidos, como se fazem os franceses, teríamos mais sucesso».

Contudo, segundo outros analistas, alguns empresários nacionais creem muito por entusiasmos e impulsos, seguindo-se depois uma fase de instabilidade e desconfiança. Tudo muito difícil num país que ao fim de tudo não seja alcançada atempadamente, corre inclusive o risco da desintegração.

Longe do abismo económico e muito perto de dar um salto decisivo, encontra-se Cabo Verde onde o Governo vai dar início ao processo de privatização das cerca de 100 empresas públicas e participadas do país. Segundo o embaixador cabo-verdiano, Eugénio Inocência, já foi realizado o primeiro levantamento das empresas, com o apoio do Banco Mundial e a partir de Dezembro, vai-se desencadear o processo de privatização, definição de critérios e de «timings».

Para Eugénio Inocência, a passagem das empresas para o sector privado permitirá o aumento da eficiência e criar um ambiente empresarial propício ao surgimento de novas unidades.

Sapatos e cimentos em Cabo Verde

Uma ideia que parece ter sido seguida, por antecipação, pela RAR. Depois da má-experiência na roça são-tomense de Água-Izé, a RAR vai investir, em associação com uma empresa suíça, cerca de 50,4 mil contos na construção de uma fábrica de curtumes e sapatos em Cabo Verde. Dados fornecidos por Folhadela Moreira indicam que a fábrica começará a laborar no início de 1993, produzindo dois mil pares de sapatos/dia.

Outro projecto, classificado por Eugénio Inocência como

Cabo Verde

de «grande dimensão», é o da instalação de salinas e de uma fábrica de cimentos na ilha do Maio, no qual haverá complementaridade no aproveitamento das infra-estruturas. Embora sem adiantar pormenores, o embaixador de Cabo Verde sublinha que já existem empresas portuguesas e sul-africanas interessadas em participar nesta unidade.

Apesar da seca e de uma incipiente indústria pesqueira, para um país que possui uma zona económica exclusiva superior a 600 mil quilómetros quadrados, Cabo Verde tem conhecido um crescimento regular da economia.

As estatísticas mais recentes indicam que Cabo Verde é um dos países do continente africano com melhor nível de vida e um dos poucos que regista um aumento continuado do rendimento. Em 1988, a maior contribuição para o Produto Interno Bruto pertenceu aos serviços, com 65 por cento, seguindo-se os sectores secundário e primário com 20 e 15 por cento.

O estudo da COPRAI sobre Cabo Verde realça as potencialidades do sector pesqueiro, cujo potencial anual se estima entre as 35 e 45 mil toneladas, podendo ser incrementadas as capturas de atum e de lagosta. Também no âmbito turístico vão surgir novidades, dado que o Governo cabo-verdiano tem em preparação uma lei que estabelece a concessão de incentivos à criação de infra-estruturas turísticas.

Como afirma Rodrigo Leite, os empresários portugueses podem ter sucesso nos PALOP desde que não encarem estes países como «uma árvore sem raízes». E acrescenta: «Este é um momento extraordinário para se investir nos PALOP, e esse é o nosso destino. Mas para isso os empresários têm de laborar projectos sérios e acompanhá-los exaustivamente».

Mocambicanos ocupam Embaixada em Moscovo

De cerca de cem estudantes moçambicanos que ocupam desde quarta-feira a embaixada de Moçambique em Moscovo, continuavam ontem à espera de uma resposta de Maputo sobre a concessão de subsídios mensais de 800 dólares para os 503 habitantes daquele país. Os ocupantes, que estão em greve da fome, conseguiram falar na quinta-feira pelo telefone com o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, e quem apresentaram as suas reivindicações. O chefe da diplomacia moçambicana acabou por desligar a chamada e os estudantes, indignados, enviaram uma mensagem de protesto via telex para Maputo. Todas as instalações da Embaixada estão a ser controladas pelos grevistas, de forma que os funcionários da mesma são considerados reféns desde o primeiro dia da greve", disse à agência Lusa, um dos estudantes. Uma delegação do Governo moçambicano é esperada nos próximos dias em Moscovo para estudar a situação.

Em vésperas de uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas dedicada à violência na África do Sul, o ANC anunciou que 60 dos seus militantes foram detidos e cinco feridos pela polícia. Mandela quer forçar o Governo a acelerar as reformas; e a Holanda dá-lhe uma ajuda.

O presidente do ANC, Nelson Mandela, que está em Nova Iorque para a reunião do Conselho de Segurança dedicada à África do Sul, disse em entrevista ontem publicada no "Sowetan" — o maior jornal do seu país — esperar não ser necessário voltar às práticas de luta armada suspensas em Agosto de 1980.

Num misto de determinação e bom senso, o velho político declarou que não deseja de modo algum o abandono de conversações pacíficas para a determinação do futuro; mas que a Convenção para uma África do Sul Democrática (Code-sa), iniciada em Dezembro do ano passado e interrompida há mais de um mês, não voltará a reunir-se enquanto o Governo de Frederik de Klerk não estiver verdadeiramente preparado para "negociar de boa fé".

Mandela, um homem doente, que muitos dos seus amigos receiam que já não possa ter muitos anos de vida útil, afirmou que o regresso ou não à luta armada que levou ao desmantelamento do apartheid depende agora dos acontecimentos que se verificarem no grande país austral. Mas acreditar que o ANC tem força suficiente, mesmo sem recorrer a meios violentos, para levar o Governo a negociar e a transferir o Poder para novas autoridades.

Enquanto isto, o primeiro-ministro holandês, Ruud Lubbers, e o respectivo ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans van den Broek, cancelaram a visita que em Agosto deveriam efectuar à África do Sul e que iria dar novo alento ao Presidente De Klerk. Aparentemente, preferem esperar que a situação melhore.

O movimento dirigido por Mandela e que tem atrás de si 80 anos de actividade a favor de uma sociedade multiracial, na qual os negros não fiquem mais na mó de baixo, só quer agora voltar às conversações se o executivo de Frederik de Klerk levar a julgamento os elementos das forças de segurança considerados implicados em actos de violência e se apressar a transição para um Governo interino, de Unidade Nacional.

Sem limites de tempo

O Partido Nacional, que está no Poder desde 1948, entende por seu turno que não deve haver um calendário específico para a transição. Ou seja, que não se deve correr para datas precisas; mais valendo fazer as coisas devagar mas bem feitas, sem precipitações que mais tarde se poderiam revelar desastrosas.

A ideia do Presidente De Klerk é conseguir uma Constituição provisória que garanta os direitos de todos os indivíduos e que evite o domínio das minorias branca, mestiça e indiana pela maioria negra da nação. De modo a que jamais se possa verificar, dentro de três, cinco ou oito anos, qualquer abuso do poder, equiparável aos já vistos noutras regiões da África.

A isso responde o ANC que os brancos não estão nada dispostos a aceitar um verdadeiro jogo democrático; e, para os forçar a andar mais depressa, está a patrocinar greves, desfiles e comícios que o Governo receia possam aumentar ainda mais o clima de mal-estar que se vive no país.

Mandela, que tem de lidar dia a dia com a impaciência das suas bases, reafirmou ontem a sua crença na persuasão, na discussão e na crítica, como forma de se conseguir os objectivos comuns a uma grande parte da maioria negra da população sul-africana. Mas sabe que se parecer muito brando desiludirá muitos daqueles que, ao longo de décadas, o viram como um herói, o homem capaz de libertar um povo.

É neste clima que quarta-feira ele próprio e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, deverão falar na sessão especial do Conselho de Segurança da ONU que vai tentar dar uma solução para que as coisas se resolvam na África do Sul, sem necessidade de mensalmente muitas centenas de pessoas continuarem a morrer por meios violentos.

Mortes e prisões

A polícia disse ontem que pelo menos 12 negros, incluindo dois polícias, foram mortos durante o fim de semana em localidades de todo o país.

Para além disso, três irmãs morreram num hospital do Soweto, a sudoeste de Joanesburgo, devido a ataques efectuados dias antes às residências de trabalhadores hospitalares que se tinham recusado a aderir a uma greve.

Por outro lado, o ANC disse ontem que 60 militantes foram detidos e cinco feridos numa rusga que a polícia efectuou à casa de um membro da sua ala militar, George Mashele, morto a semana passada em circunstâncias muito polémicas, quando se verificou a explo-

são de uma granada de mão.

No dia 6, a comissão de inquérito presidida pelo juiz Goldstone disse estar a debater-se sobre queixas de que tanto militares e polícias como partidários do ANC e do Inkatha, de Mangosuthu Buthelesi, seriam responsáveis por actos de violência.

A mesma comissão recomendou a cooperação activa entre as forças de segurança e a maioria dos cidadãos sul-africanos e dos seus representantes políticos, que se distribuem por organizações tão diversas como o ANC, o Partido Nacional, o Inkatha, o Partido Comunista, o Partido Conservador, o Congresso Pan-Africano (PAC) e a Organização dos Povos da Azânia (AZAPO).

Domingo à noite, antes de partir para Nova York, o ministro dos Negócios Estrangeiros, "Pik" Botha, manifestou a esperança de que o Conselho de Segurança consiga o restamento das negociações entre a maior parte das entidades sul-africanas; e que a todas apele para que assumam colectivamente a responsabilidade pela violência a que se tem assistido.

Botha disse que as organizações internacionais são bem recebidas na África do Sul, de modo a que se informem dos factos, observem a realidade e tentem facilitar o restamento das negociações.

Espera-se, entretanto, que o Governo responda com um certo pormenor às considerações da Comissão Goldstone e que também vá bastante ao encontro de muitas das reivindicações do ANC; pois só assim será possível que dentro de mais algumas semanas se regressasse, finalmente, ao processo negociado Code-sa. ■

PUBLICO QUINZANA, 16 JUNHO 1982

Mandela critica EUA

O líder sul-africano Nelson Mandela criticou ontem a Administração norte-americana por ter levantado as sanções económicas contra o poder branco e pediu às Nações Unidas e à Comunidade Europeia o envio de observadores para avaliação do clima de violência no seu país. O Conselho de Segurança encontra-se reunido em sessão maratoniana para ouvir os diversos partidos sul-africanos e representantes das diferentes comunidades étnicas, esperando-se que hoje, no final dos trabalhos, seja adoptado um texto apelando ao Governo de Pretória a tomar as medidas necessárias para pôr fim aos conflitos, que são o principal obstáculo à retomada das conversações sobre o futuro do país. ■

Cyrus Vance na África do Sul

Jorge Heitor

As Nações Unidas decidiram-se a intervir no vespertino sul-africano, de modo a recomendar medidas que ajudem a acabar com a violência e a criar condições para o renovar do diálogo. Empresários e sindicatos tentam entretanto a concertação social, de modo a evitar uma greve geral prevista para 3 de Agosto.

Um mês depois da chacina de Boipatong, o Conselho de Segurança da ONU condenou a violência crescente na República da África do Sul e incitou veementemente as autoridades locais a acabarem com tal situação, julgando aqueles que dela forem considerados responsáveis.

Horas depois, o comissário da polícia anunciava em Joanesburgo que 78 pessoas vão comparecer em tribunal já na próxima segunda-feira, acusadas de violência pública, na sequência da morte de 43 cidadãos naquela localidade negra.

Por unanimidade dos seus 15 membros, o Conselho pediu a todas as partes envolvidas — ou sejam, o regime de Frederik de Klerk, o ANC, o Inkatha e os sindicatos, entre outras — que cooperem no combate à violência que nos últimos anos já vitimou alguns milhares de pessoas e que garantam o efectivo cumprimento do Acordo Nacional de Paz concluído no ano passado mas que tem sido geralmente letra morta.

Além disso, o secretário-geral das Nações Unidas, que é o egípcio Butros Butros-Ghali, nomeou o antigo secretário de estado norte-americano Cyrus Vance seu representante especial para a África do Sul, encarregado de recomendar, depois de observar a

situação no terreno e a debater com as diferentes partes, as medidas a tomar para se conseguir efectivamente acabar com a violência e retomar o diálogo.

O Conselho de Segurança foi porta-voz dos desejos de toda a humanidade no sentido de que se retomem o mais depressa possível os trabalhos da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), iniciados em Dezembro de 1981 e suspensos seis meses depois, devido às posições profundamente divergentes do Partido Nacional, do Presidente De Klerk, e do ANC, de Nelson Mandela.

Só quando Vance passar alguns dias na África do Sul — já na próxima semana — e depois apresentar um relatório ao Conselho de Segurança, talvez no fim deste mês, se o processo não se arrastar, é que será possível impedir que em Agosto se assista a actos ainda mais perturbadores da vida sul-africana.

Que todos cooperem

O Conselho incitou todos os parceiros do grande drama, sejam eles conservadores, social-democratas ou comunistas, a cooperarem com o enviado de Butros-Ghali e a acabarem com os obstáculos que têm impedido o recomeço de uma Codesa considerada crucial para o extermínio definitivo do "apartheid".

Indo um pouco ao encontro de certas reivindicações desde há muito feitas pelo ANC, aquela instância da ONU pediu à comunidade internacional que mantenha as sanções ainda existentes ao regime sul-africano, de modo a que este não proteja por mais tempo a passagem para um Governo interino de Unidade Nacional, que se espera ver em funções no fim de 1982, ou, o mais tardar, no início de 1983.

Entretanto, ontem, algumas horas depois de conhecida a resolução do Conselho de Segurança,

dirigentes empresariais e sindicais sul-africanos efectuaram em Joanesburgo conversações sobre a melhor forma possível de se evitar a greve geral marcada para dia 3 de Agosto e que poderia lançar o país no caos.

A Comissão Coordenadora dos Assuntos Laborais (organismo do patronato) e o Congresso de Sindicatos Sul-Africanos (Cosatu) procuram verificar se será possível impedir uma situação em que muitos trabalhadores estariam dispostos a ocupar fábricas, esquadras e repartições públicas.

Se a intervenção da ONU não for muito rápida e se as conversações de concertação social não chegarem a bom termo, dentro de três semanas poderemos ver a África do Sul mergulhada no caos e com a sua economia paralisada.

O ANC suspendeu a sua presença na Codesa depois de verificar que uma parte substancial das bases não estava a compreender como é que o Governo branco de Frederik de Klerk ainda se mantinha no Poder, dois anos depois de se andar a dizer a toda a gente que o "apartheid" acabara.

Mudança de mentalidades

A direcção daquele movimento, apoiada pelo Cosatu e pelo Partido Comunista, teve pois de tomar a atitude dura de interromper o diálogo com o regime e de convocar manifestações de rua, de modo a demonstrar a uma juventude irrequieta que não fica de braços cruzados perante as alegadas tentativas dos brancos para se perpetuarem no controlo do país.

Na medida em que uma intervenção da ONU e algumas atitudes presidenciais ajudem a salvar as aparências, será possível admitir que dentro de um mês se volte à mesa das conversações e que, por agora, se evite o pior, numa sociedade dividida, em termos gerais, entre 28 milhões de

negros, cinco milhões de brancos, três milhões de mestiços e um milhão de indianos.

Para além das simples divisões de cor ainda existem, por vezes muito mais radicais, as barreiras étnicas e políticas, a separar entre si negros dos negros e brancos dos brancos. E há o problema das mentalidades, que não mudam facilmente numa questão de dois ou três anos. africanos a quem durante longas décadas ensinaram que eram os senhores do país não se acham agora muito bem à ideia de que o seu voto tem apenas um peso igual ao de qualquer negro; tal como negros a quem sempre disseram que o fim das leis do "apartheid" significaria uma sociedade igualitária e feliz não querem agora acreditar que ainda sejam necessárias longas negociações até verem os seus representantes no Governo e no controlo do Parlamento.

As direcções de um e outro lado, designadamente as do Partido Nacional e do ANC, andaram nos últimos dois anos e meio muito mais depressa do que as bases, deixando estas confusas e com extrema dificuldade em lhes acompanhar o ritmo.

Muitos policiais e militares estão precisamente entre os que não entendem que o seu comportamento tenha de ser hoje em dia substancialmente diferente daquele que o regime lhes pedia ainda há uma década. De onde, muitos dos problemas surgidos e das acusações de que as forças de segurança actuam de uma forma diferente daquilo que o Presidente da República denuncia.

Terça-feira à noite, pouco antes de começar a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, De Klerk mandou dissolver três unidades especiais normalmente acusadas de atrocidades contra os negros: o batalhão 31, formado por namibianos, o batalhão 32, constituído por angolanos, e a unidade policial Koebel. ■

De Klerk aplaudido em Maputo

Jorge Horta

Frederik de Klerk
passou algumas horas
na capital moçambicana,
publicando neste ter-
ceiro com a Renamo e
chamou a Chissano
"um dos grandes
líderes de África". É a
África do Sul a fazer a
sua missão política
nestes dias difíceis
tempo e a confirmar-se
como potência
influente no contexto
regional.

A propósito da nova inauguração do Polana, um encantador hotel colonial aberto há 70 anos na então Lourenço Marques, o Presidente da África do Sul esteve ontem durante algumas horas na capital moçambicana e aproveitou para reafirmar os laços de boa vizinhança que quer manter com todos os países da região.

Na sua segunda viagem presidencial a uma cidade onde tantos sul-africanos costumavam passar férias antes da proclamação da independência de Moçambique, em 1975, De Klerk pareceu eufórico com a calorosa recepção concedida pelo seu homólogo Joaquim Chissano e pelas demais estruturas da Frelimo.

Tendo passado já quase uma década sobre os tempos em que a imprensa local recomendava que se acolhessem com picaretas os "boers" que pretendessem invadir território moçambicano (em apoio da Renamo ou em perseguição a militantes do ANC), os dois presidentes caíram nos braços um do outro e o sucessor de Samora Machel salientou que a África do Sul representa hoje o segundo país com maiores investimentos directos em Moçambique.

O Polana nunca chegara a encerrar, durante os quase dois anos em que estivera em obras, efectuada por uma empresa sul-africana, pelo que não precisava exactamente de ser "inaugurado" de novo. Mas esse foi o pretexto encontrado para dois políticos dizerem em público que "os tempos mudaram" e que as relações na África Austral já não são mais o que eram há meia dúzia de anos.

Antes das cerimónias efectuadas no belo edifício dos anos 20, agora propriedade conjunta do Estado moçambicano e de uma cadeia sul-africana, Frederik de Klerk e Joaquim Chissano falaram da cooperação bilateral, de uma maior utilização pela África do Sul dos portos sul-africanos, particularmente de Ma-

puto, e da situação dos refugiados de Moçambique que se acolheram ao país vizinho.

Debateram também o arastado processo para que os moçambicanos possam vir a vi-

ver em paz, eles que são hoje um dos povos mais martirizados do globo, e o intrincado panorama sul-africano, onde De Klerk quer a todo o custo reatar o diálogo com o ANC.

"Nada com Renamo"

Em conferência de imprensa dada antes de o visitante regressar a casa, a África do Sul comprometeu-se a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que Moçambique alcance a paz; e negou, uma vez mais, que continue a dar qualquer apoio à Renamo, movimento que desde 1977 combate de armas na mão o regime criado pela Frelimo e durante muito tempo detestado por Pretória.

O Presidente Chissano, a quem o seu homólogo chamou "um dos grandes líderes de África", disse acreditar que Frederik de Klerk é um homem sincero, mas também recordou haver provas de que alguns sectores da sociedade sul-africana continuam a apoiar o grupo de Afonso Dalakama. E acrescentou: "penso que o Chefe do Estado irá tentar perseguir todos aqueles que violem a lei e os acordos existentes entre os dois países".

De Klerk observou a dada altura que, se ainda há sul-africanos que, individualmente, apoiam a Renamo, também há moçambicanos que — à margem da lei — fornecem espingardas automáticas AK47 destinadas a atacar a violência nas localidades negras do Natal e do Transvaal.

Por outro lado, o Presidente rejeitou com veemência as afirmações de que não controla as forças de segurança da África do Sul: "Pode haver indivíduos que passem as armas e façam coisas que vão contra a política oficial. Mas isso acontece no mundo inteiro".

Frederik de Klerk afirmou-se absolutamente convencido de que não há a falada "terceira força" e acrescentou que os elementos das Forças Armadas ou da polícia que se comportarem indevidamente terão de prestar contas à justiça.

Entretanto, numa prova clara de que a política africana

hoje em dia não se faz essencialmente entre brancos e negros, mas sim entre grupos com visões diferentes, o dirigente zulu Mangosuthu Buthelezi — ao falar na sua capital, Ulundi, não muito longe da fronteira moçambicana — lançou uma violenta diatribe contra Nelson Mandela, líder do ANC, chamando-lhe mentiroso.

Na altura em que intervinha na conferência anual do Partido Inkatha, o primeiro-ministro do Kwazulu fez o seu mais violento ataque pessoal a Mandela, do qual em tempos disse que deveria ser reverenciado como chefe da luta contra o "apartheid".

Buthelezi mostrou-se particularmente furioso por, durante os recentes debates no Conselho de Segurança das Nações Unidas, Mandela se ter referido ao Inkatha como "uma extensão do regime de Pretória". E, por isso, disse ter sérias reservas a sentar-se com ele na mesma sala, quando eventualmente for retomada a Convenção para uma África do Sul Democrática (Cadesa). *

* com Teresa Lima, em Maputo

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1990

O DISCURSO que Nelson Mandela pronunciou quarta-feira à noite na reunião extraordinária do Conselho de Segurança das Nações Unidas não captou decididamente a atenção de alguns dos responsáveis políticos presentes no imponente arranha-céus de Nova Iorque. Que o diga o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, que aproveitou parte da intervenção do seu opositor político para brincar, como os meninos da escola, com um avião de papel. Antes do discurso, Mandela e Botha tinham trocado um simples aperto de mão. Menos discreta foi a postura do embaixador da Bélgica na ONU, Paul Noterdaene, cujo refastelado sono está prestes a ser interrompido por um dos seus assessores. Uma questão de respeito pelo velho líder negro sul-africano...

No seu discurso, Mandela pugnou pelo fim da actual espiral de violência e acusou o Governo do Presidente De Klerk de fomentar os confrontos e as chacinhas nos bairros negros. O dirigente do ANC pediu ainda que o representante pessoal do secretário-geral da ONU — a ser designado em breve — "actue rapidamente" e inicie um inquérito no terreno para ajudar o Conselho de Segurança a tomar as medidas necessárias para terminar com os confrontos no país. Nos últimos dois anos mais de seis mil pessoas foram mortas em confrontos na África do Sul, que geralmente têm oposto os militantes do ANC a partidários da organização zulu Inkatha.

Ao discursar no dia de ontem, Botha considerou as acusações de Mandela "um insulto" e lembrou repetidamente as ligações entre o ANC e o Partido Comunista sul-africano. De forma cautelosa, não deixou contudo de saudar a visita de um representante especial da ONU à África do Sul, apesar de considerar ser dever dos sul-africanos resolverem os seus próprios problemas.

Previs-se que pelo menos oito ministros dos Negócios Estrangeiros de diversos Estados africanos se dirijam ao organismo máximo da ONU, que debate a mais grave crise que o país atravessa desde o início das reformas do sistema de segregação racial, "apartheid", iniciadas há dois anos. *